



A sustentabilidade econômica e financeira do SUS

Blenda Pereira

Assessoria Técnica do CONASEMS

Agenda da Apresentação

01

Arcabouço Normativo do Financiamento

Análise dos marcos legais e constitucionais que regem o financiamento do SUS, incluindo percentuais mínimos e alterações históricas.

02

Composição do Gasto Público

Evolução dos gastos públicos em saúde entre 2002-2024 e comparação com cenário internacional.

03

Disparidades no Financiamento

Comparação entre sistemas públicos e privados de saúde no Brasil e outros países.

04

Distribuição de Gastos Municipais

Análise detalhada dos gastos por subfunção e fonte de recursos nos municípios brasileiros.

05

Sustentabilidade e Perspectivas Futuras

Desafios atuais e estratégias para garantir a sustentabilidade econômica e financeira do SUS.

Arcabouço normativo : Financiamento do SUS

O financiamento do SUS está fundamentado em marcos constitucionais e legais que estabelecem responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos. A estrutura normativa define percentuais mínimos de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), na busca para garantir recursos essenciais para o funcionamento do sistema.



Percentuais Atuais dos Mínimos Constitucionais para ASPS

A Emenda Constitucional 29/2000 representa um marco histórico ao vincular recursos orçamentários dos três níveis de governo para a saúde, estabelecendo um piso de financiamento dedicado a ações e serviços públicos em saúde

União: 15% da RCL

Estados: 12% da Receita de Impostos

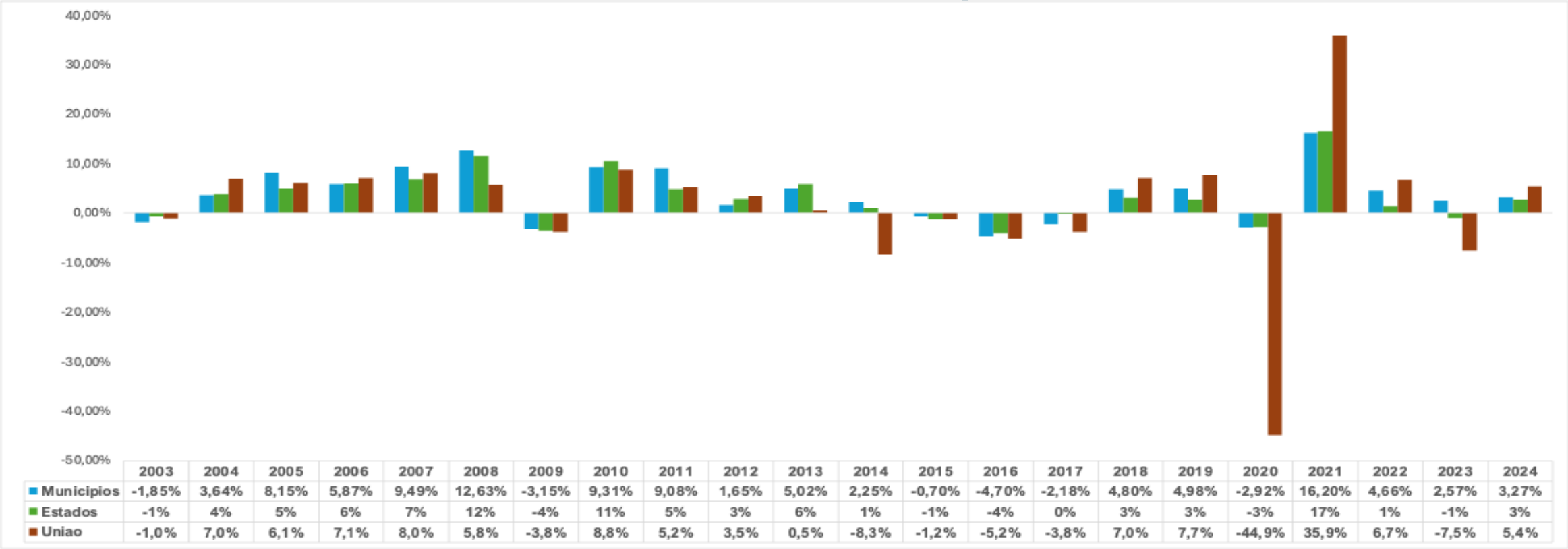
Municípios: 15% da Receita de Impostos

**Alterações desde a primeira vinculação:
12 alterações**

Sem alterações

Sem alterações

Variação anual do crescimento Receita Corrente Líquida : União Receita de Impostos e Transferências Constitucionais: Estados e Municípios



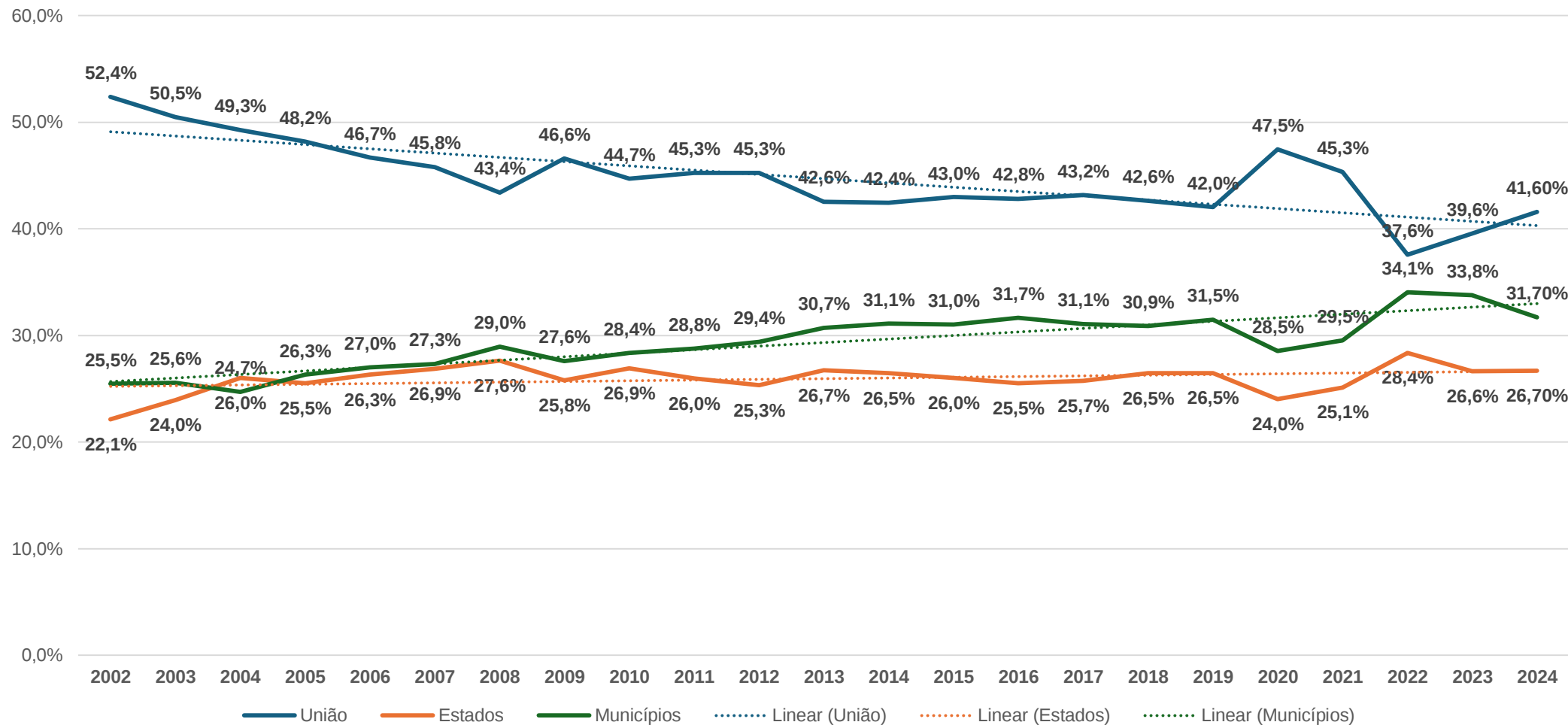
Volatilidade Econômica: Flutuações significativas relacionadas aos ciclos econômicos nacionais.

Periodos de expansão e retração refletem cenário macroeconômico

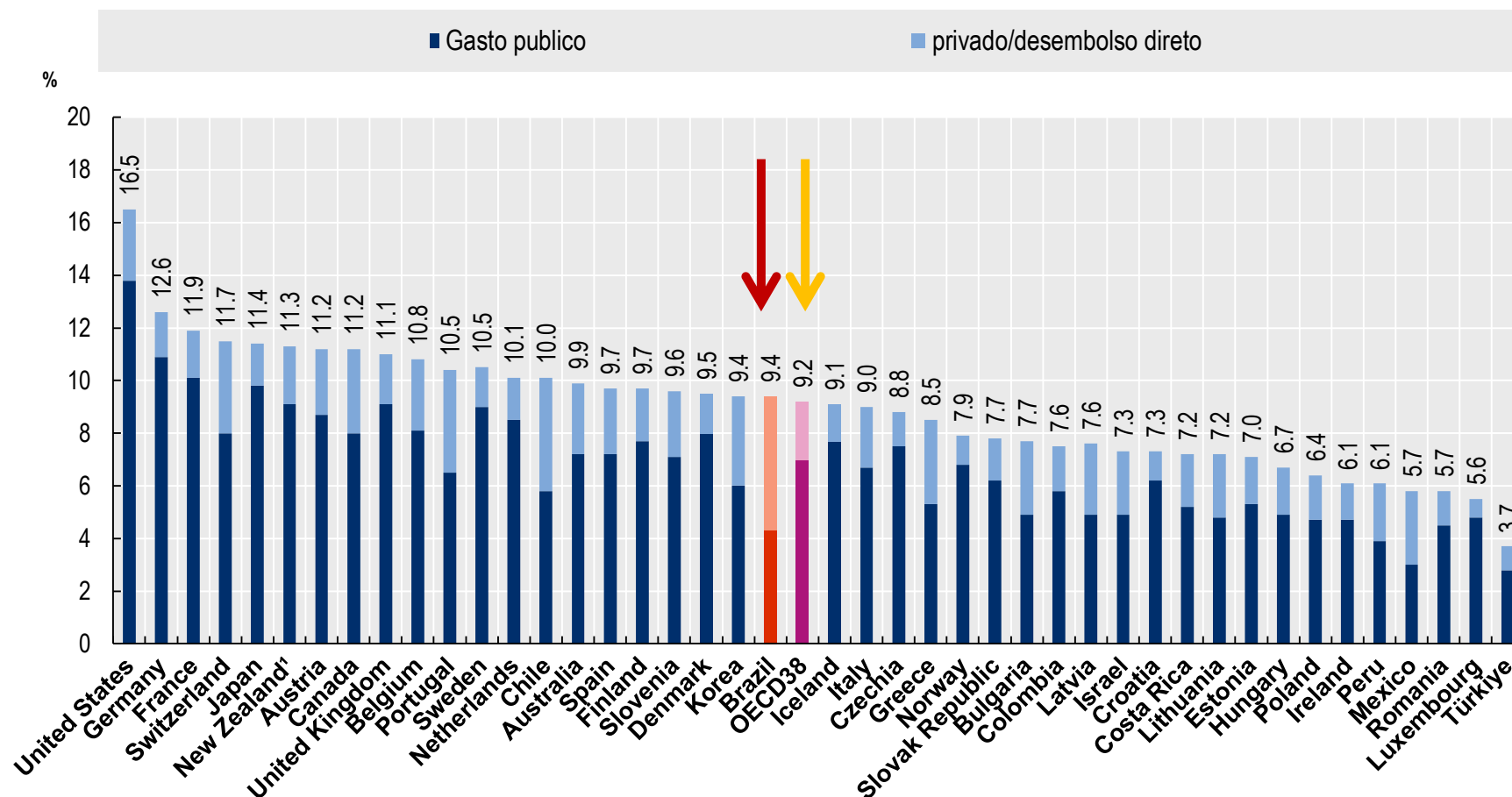
Cronologia das Alterações do Piso Federal da Saúde



Composição gasto público – 2002-2024



Disparidades no financiamento da saúde entre países. Gasto em saúde Público x Privado (2022)



Fonte: OCDE(2024)

Brasil - Desafio Híbrido

O Brasil apresenta um sistema dual com SUS público universal coexistindo com um setor privado significativo, gerando desafios de equidade, eficiência e sustentabilidade financeira.

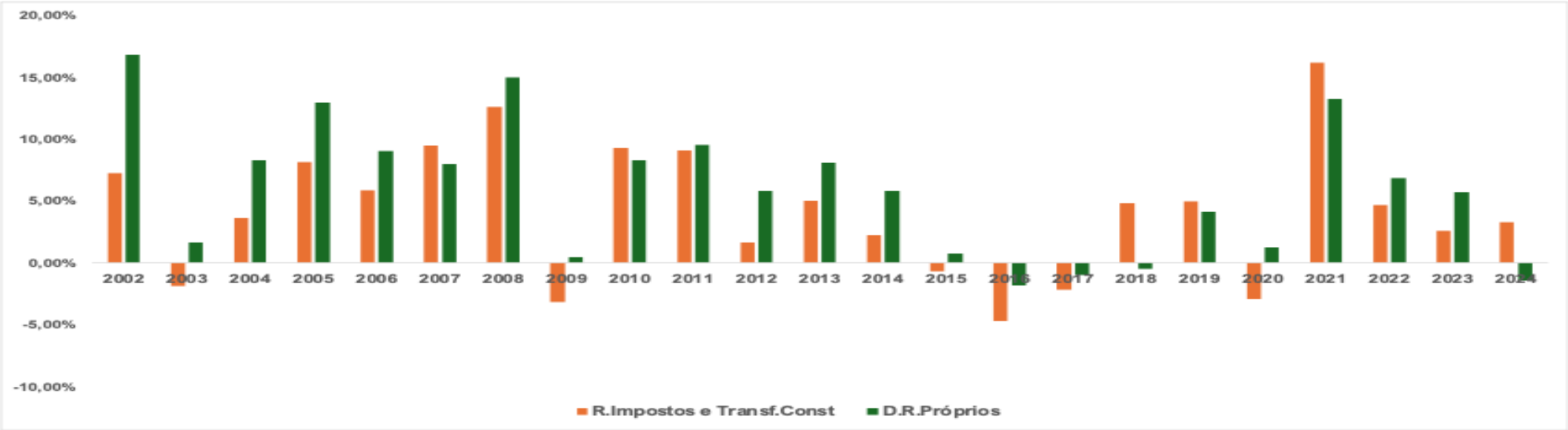
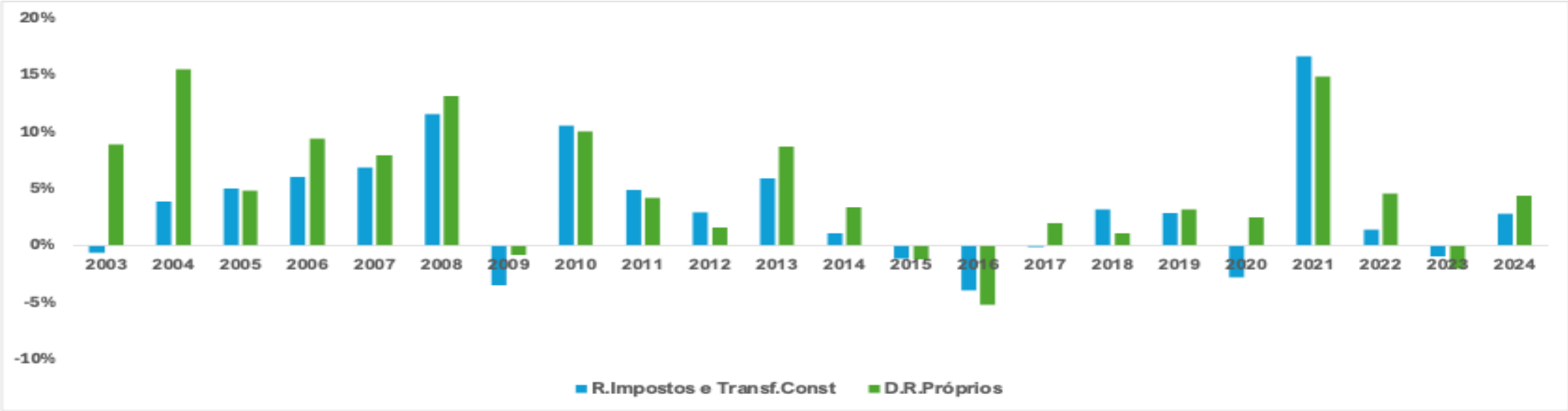
Gasto público menor que países desenvolvidos.

Alto gasto privado (planos e desembolso direto)

Desigualdades regionais significativas

Variação de Crescimento da Rec. Vinculada e Desp. Recursos Próprios

Estado



Município

Receitas Vinculadas

As receitas vinculadas representam os recursos obrigatórios que os estados e municípios devem destinar à saúde conforme determina a legislação. Sua variação está diretamente relacionada ao desempenho econômico local e às transferências constitucionais.

Base legal na EC 29/2000 e LC 141/2012

Mínimo de 12% e 15% da receita de impostos

Influência de fatores macroeconômicos

Variações sazonais e regionais

Despesas com Recursos Próprios

As despesas refletem as necessidades reais de investimento em saúde pelos municípios, frequentemente superando os mínimos constitucionais devido às demandas crescentes da população e aos custos dos serviços de saúde.

Pressão demográfica e epidemiológica

Inflação da saúde superior à geral

Incorporação tecnológica

Demandas judiciais crescentes

Distribuição dos gastos municipais por subfunção por fonte em % (2018 a 2022)

Fonte: elaboração própria com base no Siops.	Subfunção	Recursos próprios	Transferências do governo federal	Transferências do governo estadual	Outros
2018	Atenção Básica	59,67%	36,72%	2,11%	1,50%
2019		59,58%	36,95%	1,95%	1,52%
2020		54,81%	40,13%	2,50%	2,56%
2021		49,16%	47,32%	1,70%	1,83%
2022		57,82%	34,37%	4,86%	2,96%

2018	Assistência Hospitalar Ambulatorial	46,57%	47,58%	3,76%	2,08%
2019		46,89%	46,83%	4,36%	1,92%
2020		42,96%	48,52%	5,10%	3,42%
2021		48,20%	42,14%	6,13%	3,53%
2022		48,95%	37,23%	8,72%	5,10%

Participação das fontes de receita segundo gastos por subfunção segundo região – media dos estados (2018 – 2022, em %)

114

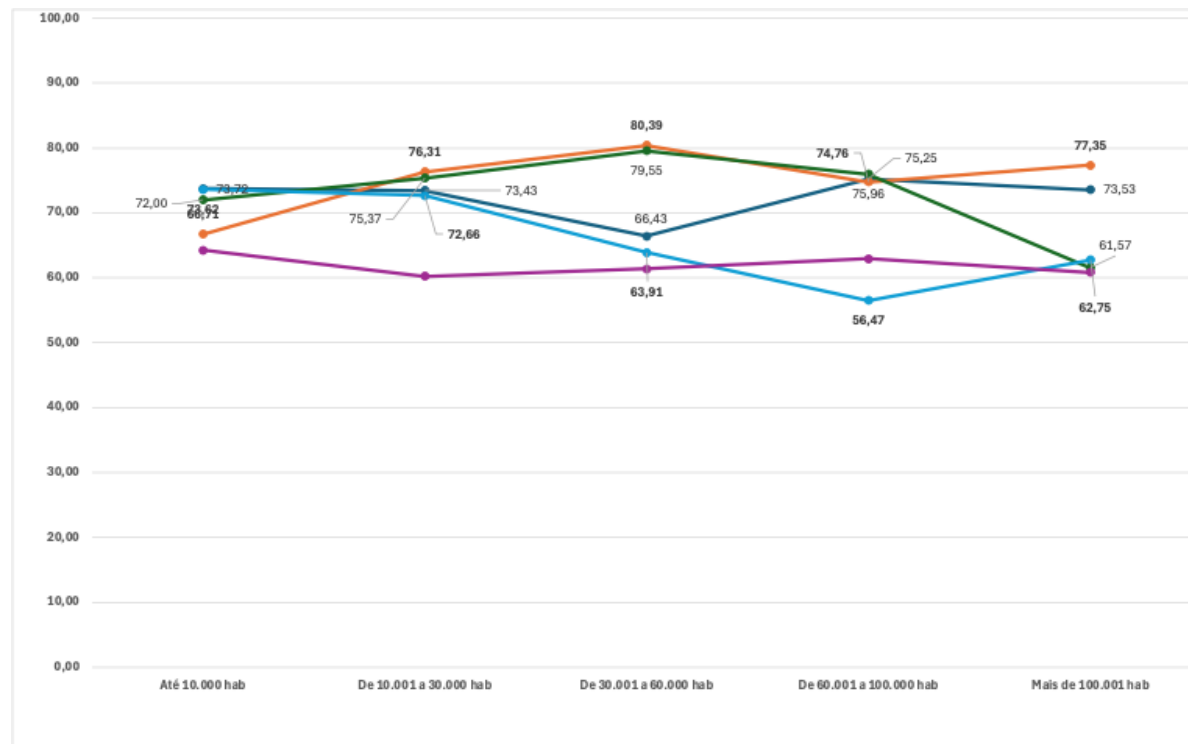


A sustentabilidade do financiamento em saúde não se limita à mera alocação de recursos, mas exige igualmente a análise da capacidade de execução orçamentária e financeira dos entes federativos, bem como a observância estrita dos marcos normativos que regulam a aplicação desses recursos.

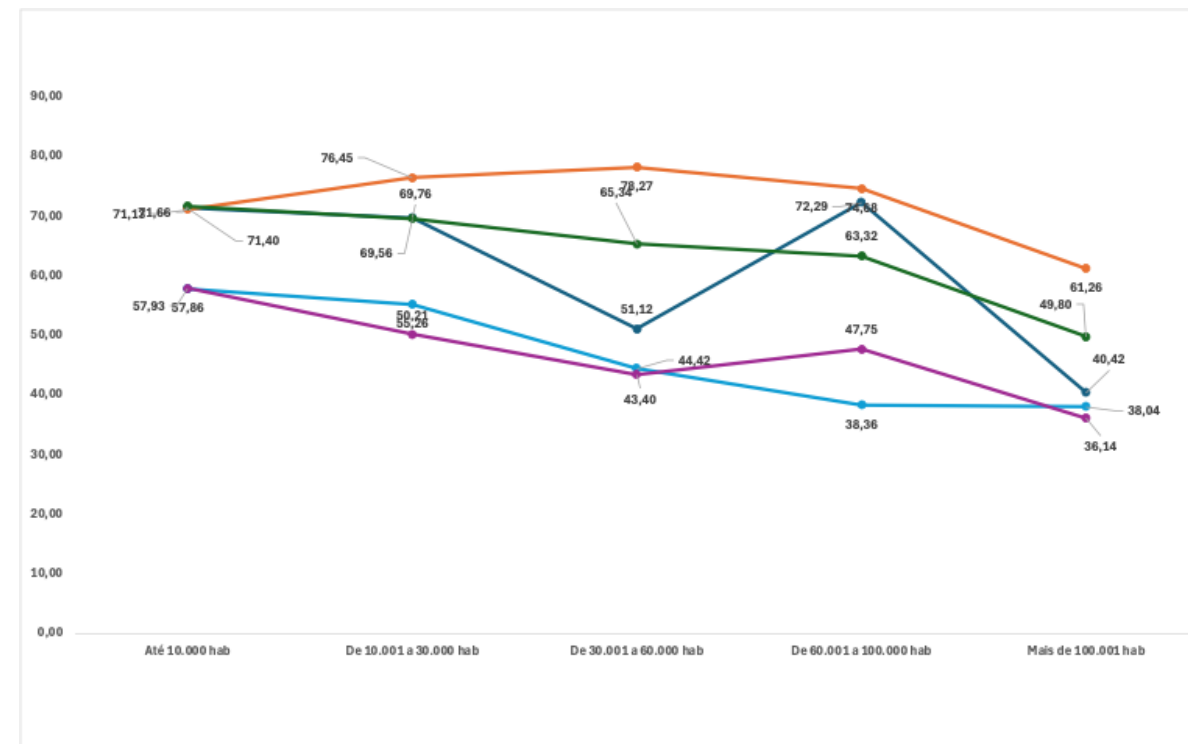
Nesse contexto, destaca-se o papel da Lei Complementar nº 141/2012, que disciplina de forma tanto o apoio financeiro quanto o apoio técnico, estabelecendo parâmetros para a cooperação interfederativa, a transparência na aplicação das despesas e a responsabilização na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

Atenção Básica - Fase Liquidação x Dot. Atualizada – Desp. Capital (GND 4) (%) Média execução orçamentária – (2018 – 2023)

Fonte : Própria



Fonte : FaF Federal



Fonte: SIOPS/DESID/SECTICS/MS – PEREIRA, B (2025)

—●— Centro-oeste —●— Nordeste —●— Norte —●— Sudeste —●— Sul

Desafios e Perspectivas Futuras

Sustentabilidade do SUS

A análise prospectiva indica que o sistema precisará adaptar-se a mudanças demográficas, epidemiológicas e tecnológicas, mantendo seus princípios fundamentais de universalidade, integralidade e equidade.

Transição Demográfica

O envelhecimento populacional e a redução da natalidade alterarão significativamente o perfil de demanda por serviços de saúde, exigindo reorganização da oferta e novos modelos de financiamento.

Incorporação Tecnológica

Incorporação de novas tecnologias diagnósticas e terapêuticas, medicina personalizada e soluções digitais transformarão os modelos de cuidado e os custos do sistema.

Transição Epidemiológica

Crescimento das doenças crônicas não transmissíveis, persistência de doenças infecciosas e emergência de novas ameaças sanitárias demandam estratégias integradas e recursos adequados.

Sustentabilidade Integrada

Necessidade de equilibrar sustentabilidade financeira, ambiental e social, garantindo acesso universal com responsabilidade fiscal e ambiental.



A sustentabilidade econômica e financeira do SUS

Blenda Pereira

Assessoria Técnica do CONASEMS

